

## Transpondo o problema de gênero: a questão trans – o que a matemática e o Cinema têm a ver com isso?

### Transposing the Gender Problem: the question on trans - what do mathematics and Cinema have to position about it?

*Maurício Rosa<sup>1</sup>*

*Aginaldo da Conceição Esquinca<sup>2</sup>*

*Erikah Pinto Souza<sup>3</sup>*

#### RESUMO

Esse artigo discute teoricamente a problemática de gênero, em específico, relativa às vivências de pessoas trans e travestis na sociedade, a ser transposta, estranhada e queerizada em aulas de matemática. Para isso, assumimos a vertente teórica da Teoria Queer e a concepção de (des)ordens da (re)invenção, de modo que, por meio de produtos cinematográficos, evidenciamos questões de ordem estrutural e trazemos à tona proposições de problematização da temática gênero em possibilidades de discussão em aulas de matemática. Como resultados, assumimos que há possibilidades de debate, reflexão, luta, (re)existência e resistência em relação a temáticas trans, quando a aula de matemática, entre outras, se põe a educar pela(s) matemática(s), podendo gerar responsabilidade social e *héxis* política de todes em um ambiente educativo, quiçá social, de modo geral.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação Matemática. Travestilidade. Transgeneridade. Cinema. Transposição de problemas.

#### ABSTRACT

This article theoretically discusses the gender issue, specifically, regarding the experiences of trans people and transvestites in society, to be transposed, estranged and queered in mathematics classes. For this, we assume the theoretical aspect of Queer Theory and the conception of (dis)orders of (re)invention, so that, through cinematographic products, we highlight structural issues and bring to light propositions for problematizing the theme gender in discussion possibilities in mathematics classes. As results, we assume that there are possibilities for debate, reflection, struggle, (re)existence and resistance in relation to trans themes when the mathematics class, among others, begins to educate through math(s), which can generate social responsibility and political hexis for all in an educational environment, perhaps social environments in general way.

<sup>1</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Email: [mauriciomatematica@gmail.com](mailto:mauriciomatematica@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9682-4343>.

<sup>2</sup> Universidade Federal do Rio de Janeiro. Email: [agnaldo@im.ufrj.br](mailto:agnaldo@im.ufrj.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5543-6627>.

<sup>3</sup> Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: [souzaerikahp@gmail.com](mailto:souzaerikahp@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2647-0655>.



**KEYWORDS:** Mathematics Education. Travestility. Transgenderity. Cinema. Transposing problems.

### Queerizando o problema – uma introdução

Pessoas trans e travestis há muito sofrem com estigmas, estereotipificações e violências em diferentes graus e magnitudes. Esses atos perpassam, historicamente, pela atribuição de sentido patologizante, inclusive na ciência. Segundo Berenice Bento<sup>4</sup> (2006, p. 43), “A desconstrução do caráter patologizante atribuído pelo saber oficial à experiência transexual deve começar pela problematização da linguagem que cria e localiza os sujeitos que vivem essa experiência”. Nesse sentido, no ambiente escolar, a linguagem que localiza esses sujeitos também é presente. Nossa experiência na formação com professorias que ensinam matemática com a temática gênero e sexualidades reafirma a existência de preconceitos – de forma verbalizada, na maioria das vezes –, de negação, de invisibilidade, de ignorância e, de forma recorrente, também de violência contra pessoas trans e travestis no âmbito escolar. Há diferentes relatos de professorias sobre as problemáticas de gênero encontradas nas vivências escolares, sobretudo por parte de equipe diretiva que obriga as professorias a não chamarem seus estudantes pelo nome social. Também, de pais que negam a existência de filhas/filhos/filhos trans e travestis, além de professorias que fazem de conta que essas pessoas não estão ali, alegando não terem formação para lidar com pessoas trans e travestis em sala de aula. Ademais, “a aula de Matemática é para ensinar Matemática!” é o que muitas/muitos alegam, se esquivando de reconhecer suas/suas/seus estudantes.

Diante dessas negações, é que esse estudo surge, de modo a discutir teoricamente a problemática de gênero, em específico, relativa às vivências de pessoas trans e travestis na sociedade. Para isso, nos voltamos ao Cinema, com o curta-metragem *Meu Preço* (2018), trazendo o que é revelado neste filme em decorrência das vivências de muitas mulheres trans e travestis no Brasil. Assim, queremos transpor o que é dito como “problemas”, mas que são proposições a priori, estranhando-os, queerizando-os, ou seja, indo a fundo, questionando o que está por trás do que se apresenta. Desse modo, como ato de educar(-se) pela(s) matemática(s), indagamos: **como podemos transpor problemas relativos a**

---

<sup>4</sup> No presente artigo, utilizamos os nomes completos das pessoas autoras (ou como usado por elas) sempre que citadas pela primeira vez, buscando dar mais visibilidade a elas e confrontar a cultura estabelecida de referenciar apenas pelo último sobrenome ao longo dos textos acadêmicos..

## **vivências de pessoas trans e travestis revelados pelo Cinema nas aulas de matemática(s)?**

Com isso, perpassamos nossa concepção de gênero, identificando a questão performática por meio da Teoria Queer, que dá base para o estranhamento do que foi, e ainda é, (im)posto pela sociedade enquanto normativa. Avançamos para a discussão discursiva, performática, identitária de pessoas trans e travestis como ato político, de resistência, luta e transgressão e adentramos ao Cinema Queer, apresentando o filme *Meu Preço* (2018), como meio de revelação de vivências de pessoas trans e travestis, transpondo os problemas que aparecem na película em suscetíveis discussões de uma possível aula de matemática(s). Concluímos este artigo, por fim, considerando perspectivas de outros importantes problemas de gênero que podem e precisam ser transpostos nas aulas, inclusive de matemática.

### **Gênero: problematizando o conceito pela perspectiva queer**

Para problematizarmos gênero sob a perspectiva da Teoria Queer, iniciamos o diálogo com nossa compreensão da ação de problematizar. Nesse sentido, sob o olhar da Educação Matemática, assumimos o que é defendido por Victor Giraldo e Tatiana Roque (2021). Esse autor e essa autora discutem a perspectiva epistemológica de uma matemática problematizada, pela qual o problema é tido como o único a priori da matemática e é esse que constitui o saber. Para Giraldo e Roque (2021), cada problema possui um caráter epistemológico que independe de suas possíveis soluções. Isso, por sua vez, indica que a matemática, “[...] como campo de saber e como campo de invenção se constitui por problemas e não de respostas ou soluções” (p. 15). Para nós, sob um viés decolonial, as matemáticas que defendemos são problematizadoras, ou seja, são vivenciadas pela ação de problematizar, pelos problemas em ação, pela problematização. Dessa forma, a problematização é compreendida como a ação de reconhecer a pluralidade de possibilidades de transformação das situações em que as pessoas se engajam. Isto significa que problematizar é não aceitar o saber comum (mito) ou o saber (im)posto como certo, como verdade absoluta, fixa, de antemão, ou seja, a priori, sem qualquer reflexão ou questionamento sobre esse saber apresentado.

Ao problematizar, logo, constituímos problemas; no entanto, esses não são aqueles nos quais as respostas tornam-se o cerne da ação e a resolução para chegar a esse fim (a resposta) o processo/percurso fundamental. Problema não é o que precisa ser resolvido, sendo sua resposta o primordial. Problema, então, é entendido como aquilo que engendra contextos de invenção, os quais trazem ideias envolvidas

nesses contextos à tona. Logo, a transposição de problemas (Maurício Rosa; Giraldo, 2023) assume o problema como a priori, mas vai além do que inicialmente se apresenta como aquilo que engendra a situação, o contexto. A transposição reflete sobre a proposição que se apresenta, transforma-a e compreende a sua posição levando-a em um outro lugar, ou a outro entrelugar. Transpor problemas é problematizar o próprio problema, estranhando-o, questionando-o, indagando aquilo que se mostra num primeiro momento.

Esse movimento considera diferentes possibilidades, sob diversos pontos de vista, os quais se apresentam por trás do problema a priori. Outros a priori podem se revelar quando desafiamos o alvo principal, por questionarmos o que se apresenta como contexto notório, comum, e quando nos direcionamos aos detalhes, ao invés da simples aceitação momentânea das condições apresentadas de antemão, sob o véu de uma argumentação já estruturada ou mesmo estrutural.

Nessa perspectiva, indagarmos, questionarmos, estranharmos a concepção de gênero; isto é, problematizarmos o próprio problema de gênero na perspectiva da Teoria Queer. Particularmente no que se refere à transgeneridade e à travestilidade, objetivamos, com isso, transpor o problema de gênero buscando a disposição à política, ou seja, disposição à liberdade de todes (isto é, héxis política) e a compreensão/constituição da responsabilidade social em aulas de matemática. Fazemos isso, neste estudo, por meio do diálogo/análise com o/do filme *Meu Preço* (2018). Esse diálogo/análise se mostra como (des)ordem da (re)invenção, a qual trata do estranhamento à normalidade e/ou normatização de situações vivenciadas. Nesse sentido, buscamos inventar ou (re)inventar práticas matemáticas em sala de aula para debater assuntos tão importantes, como a questão trans nas aulas de matemática. Assim, assumimos que “O inventar, então, não é descobrir algo existente, é criar, é intencionalmente produzir sentido novo, diferente, diverso do previamente apossado, definido.” (Rosa, 2023, p. 133).

Nosso compromisso, por conseguinte, está em educar pela(s) matemática(s), isto é, está no produzir sentido novo a uma concepção de gênero binária culturalmente estigmatizada na sociedade, pois,

Os limites da análise discursiva do gênero pressupõem e definem por antecipação as possibilidades das configurações imagináveis do gênero na cultura. Isso não quer dizer que toda e qualquer possibilidade de gênero seja facultada, mas que as fronteiras analíticas sugerem os limites de uma experiência discursivamente condicionada. Tais limites se estabelecem sempre nos termos de um discurso hegemônico, baseado em estruturas binárias que se apresentam como a linguagem da racionalidade universal (Judith Butler, 2020a, p.30-31).

Assumimos esse compromisso para que haja a mensuração de possibilidades outras, com o reconhecimento do que está por trás do “problema” historicamente e culturalmente apresentado de uma suposta impossibilidade de desassociação da dualidade biológica, para podermos **trans**-por, ou seja, ir além, colocar e debater o problema em outro lugar ou entrelugar, transformando-o, assumindo de fato aquilo que precisa ser debatido. Precisamos, portanto, educar para a vida, buscar a compreensão do ato de respeitar, a necessidade de acolher e a consciência sobre o que significa luta e resistência, uma vez que

As relações são assimétricas quando indivíduos ou grupos de indivíduos particulares possuem um poder estável de maneira a promover a exclusão de outros indivíduos ou grupos de indivíduos, resultando em dominantes e subordinados (Megg Rayara Gomes de Oliveira, 2018, p. 117).

Para podermos imaginar outro cenário, precisamos e queremos “queerizar” a (educação) Matemática (Rosa, 2021; Agnaldo da Conceição Esquinhalha, 2022), queremos estranhá-la, erotizá-la, corporificá-la, sem receios e medos de que isso seja “pecado”, uma vez que transpor os problemas é o próprio ato-movimento que diríamos ser sensual, no sentido proveniente do latim tardio *sensualitas/-ātis*, ou seja, faculdade de perceber sensações, sentir, sensibilidade. Transpor o problema de gênero, portanto, é ter sensibilidade de pensar sobre e com todos os gêneros possíveis, com todas as pessoas e com as formas como elas se identificam, relacionando desejos, mensurando significados, comparando sentidos, localizando e espacializando corpos, diferentes corpos, corpos outros.

Como base teórica a sustentar esse movimento de transposição do problema de gênero, no sentido de se questionar, estranhar o porquê da necessidade de uma definição clara, objetiva e acabada de gênero, lançamos mão da Teoria Queer. Essa teoria pode ser considerada como uma perspectiva teórica que possibilitou a reconstrução de espaços de discursos, tanto na academia quanto nos modos de análise das sociedades (Guacira Lopes Louro, 2021).

A Teoria Queer parte de um novo sentido dado ao termo *queer*, tido inicialmente como pejorativo ao denominar o “estranho”, com intuito “[...] de positivá-lo, passando a entender queer como uma prática de vida que se coloca contra as normas socialmente aceitas” (Oliveira, 2018, p.114). Além disso,

O termo queer funciona de múltiplas maneiras: a) como prática de leitura sobre um corpus para descrever uma identidade particular, para circunscrever um campo de estudos, como sinônimo de lésbica ou gay, como noção “guarda-chuva” no qual se agrupam várias identidades não heteronormativas (gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais, intersexos, etc.) e b) como campo teórico e

discursivo sobre identidades, desejos, representações sociais e imaginários que identificam a sexualidade como dispositivo histórico de poder e que se constroem a partir de diversos campos do conhecimento e dos diálogos produzidos entre diversas disciplinas tais como história, sociologia, antropologia, psicologia (Sullivan Charles Barros, 2016, p. 53).

A partir daí, interpretações do termo queer foram tomando forma, de modo a consolidar uma crítica à globalização e aos modelos heteronormativos relativos às identidades sexuais e de gênero, assim como ao feminismo neoliberal e a uma parte da cultura gay, a qual defendia e visava à inclusão/integração das pessoas nos modelos heteronormativos. Logo, a Teoria Queer é uma teoria de resistência e de luta contra a heterossexualidade compulsória branca e colonial (Rosa; Giraldo, 2023) que exige determinados comportamentos como *pedágio* para a aceitação.

Não obstante, pessoas trans e travestis se colocam em aderência à Teoria Queer, direta ou indiretamente, na academia ou fora dela. Logo,

Travestilizar as formas é prática de luta e desajuste desta forma. Seria o queer travesti? Nós arriscaríamos dizer que sim, pois o corpo travesti (físico, moral ou social) sempre aceitou implantes de (des)adequação, e de desadequação. (Sara Wagner York; Oliveira; Bruna Benevides, 2020, p. 7)

Em outras palavras, o ato de resistência e luta sempre fez parte da vida de pessoas trans e travestis, pois, as formas eróticas e de corpos fluídos “não aceitos”, como se essa não aceitação fosse direito individual ou de um grupo, sempre ressoaram como rompimento à norma. Logo, queer é travesti e as vidas dessas pessoas estão em toda parte e são, muitas e muitas vezes, delineadas por corpos que, estranhos à sociedade, ao mesmo tempo, seguem sendo supostamente ou oficialmente participantes dessa. Há um paradoxo explícito entre o preenchimento nominal de um registro civil e a própria invisibilidade sofrida por essa pessoa, assim como, há a ocupação de um espaço ao mesmo tempo que há a exclusão desse.

A Teoria Queer, então, vem para demarcar posição política, ao problematizar o gênero e colocar em xeque as coerências e as estabilidades da cis-heteronormatividade, a qual fornece uma estrutura dita compreensível e padronizada da sexualidade e das identidades de gênero, fixando-as em um binarismo ilusório. Assim, o queer apresenta um modo de olhar questionador, um inquirimento afiado aos processos sociais normalizadores, os quais classificam, rotulam e definem, gerando a mais pura ilusão de sujeitos estáveis, distribuídos em conjuntos pré-definidos e que também são considerados elementos rigorosamente definidos por suas identidades sociais e por seus comportamentos ditos coerentes e sob uma determinada regularidade.

Nesse sentido, alçamos voo para dialogar com a questão trans. Arriscamo-nos ao diálogo, mas afirmamos nosso compromisso de valorização dos corpos trans, assumindo a máxima do manifesto escrito por York, Oliveira e Benevides (2020, p. 8): “Não falem de nossos nós, por nós e/ou sem nós!”.

### **Pessoas Trans e Travestis: mais um bocado de nós**

Ao dialogarmos sobre pessoas trans e travestis, assumimos, sob uma ótica autocrítica, que também estamos realizando uma rotulação, de certa forma, uma taxonomia<sup>5</sup>. Entendemos que a estrutura do pensamento nos (im)põe a dar nomes, ou seja, acabamos assimilando cultural e historicamente que a “melhor” maneira de compreender algo é nomeando. Dessa forma, assumimos, de antemão, nossas convenções culturais, no sentido de estarmos vinculados à “ordem da estrutura” (Giraldo; Roque, 2021). No entanto, entre outros movimentos desse estudo, está o estranhamento da própria estrutura. Estranhar, questionar, indagar e inquirir os rótulos são ações que hoje assumem a apropriação política desses mesmos rótulos (como é o caso do termo *queer*), suas ressignificações e, também, movimentos de rotulação das pessoas que criam os rótulos, muitas vezes, sob uma postura opressiva (com ou sem intenção explícita).

Para tratarmos dos rótulos mencionados anteriormente (transgêneres, transexuais e travestis), lidaremos com o termo que os relacionam, ao falarmos de pessoas “trans”. O enquadramento “trans”, sob uma égide política, muitos anos depois de sua constituição, traz à tona o termo “cis”, para as pessoas que estipularam o rótulo “trans”, isto é, para as pessoas não-trans. No entanto, esse novo rótulo, assim como “trans”, não foi forjado do nada. Ambos os termos já faziam parte do vocabulário, inclusive científico, e foram realocados para significar e nomear pessoas. Seguimos, nesse esteio, o que Amara Moira Rodovalho (2017, p.365) nos revela:

A isomeria geométrica da Química Orgânica, onde “cis” são os átomos que, ao dividirmos a molécula ao meio, permanecem de um mesmo lado do plano e “trans” os que permanecem em lados opostos. O próprio dicionário Houaiss, trazendo a etimologia de cis como “da preposição latina de acusativo cis ‘aquém, da parte de cá de’ (por oposição a trans)”. E inúmeros outros exemplos. [...] Aquilo que cruza, que transpassa, que atravessa e aquilo que permanece sempre dum mesmo lado, que margeia, que não cruza, que deixa de cruzar, tudo em função duma dada linha.

---

<sup>5</sup> “Ciência que se dedica à classificação; técnica de classificação, ou de distribuição sistemática em categorias: taxonomia gramatical” (DICIO, 2009).

Essa linha, para a autora, é a linha binária definida historicamente pelo sexo biológico, que separa o que é “ser” homem do que é “ser” mulher como algo restritamente identificado pela genitália. Assim, por definição – que matematicamente determina um enunciado que descreve/revela o que “é”, ou o que significa, um termo –, atravessar a linha é próprio das pessoas trans. Quem cruza, transpassa, transgride essa linha é concebida, rotulada, como trans. Entretanto, o que seria essa ação propriamente dita? Em que momento se ultrapassa a linha? Ou mesmo, quem e quando decide-se fazer essa travessia? Mais que isso, que lugares são esses “homem” e “mulher”? O lugar da genitália? Não, com certeza, não é esse o lugar e o “ser” homem e o “ser” mulher não se dão em locais definidos, assim como, estão muito além de terem características fixas. Judith Butler (2020a, p.55, grifos da autora) colabora com essa afirmação, ao revelar que “[...] a viabilidade de *homem* e *mulher* como substantivos, se vê questionad[a] pelo jogo dissonante de atributos que não se conformam aos modelos sequenciais ou causais de inteligibilidade”.

A alocação do termo trans a pessoas que supostamente ultrapassam uma linha imaginária, para nós, torna-se, portanto, mais um modo de rotulação que parte de uma compreensão carregada de desvalores (im)postos historicamente a diferentes culturas. Sendo assim, mesmo refletindo sobre a que se refere o termo, não podemos deixar de considerar sua existência. Porém, podemos transformar sua significação, seguindo o que Rosa (2021, p. 77), baseado no dicionário (Dicio, 2009) e na Teoria Queer, faz:

Assim, a concepção queer carrega consigo a ideia de transformação e essa ideia já assume por si só uma perspectiva queer, pois o próprio “trans” da palavra é um prefixo que sustenta uma situação ou ação que vai “além de”. Ou seja, além de formar é transformar, além de ascender é transcender. Logo, é importante que cada estudante queer que foi ofendido/ofendida/ofendide como “estanho/estranha/ estranhe” transcenda e transforme a ofensa em elogio, que consiga entender que como ele/ela/elu é, ou deixa de ser, importa somente a ele/ela/elu, e que isso não o/a/e faz ser menor/menos que ninguém.

Não a/ê/o faz menor e tampouco, por definição e rotulação, assume somente o significado de “através”, ou a ideia de atravessar (uma suposta linha). Isto porque carrega a compreensão de ir além, “além de” (Dicio, 2009), além de uma concepção cis-heteronormativa de gênero, a qual suplanta e (im)põe uma definição binária, a partir de pressupostos de pessoas não-trans. Logo, a nomeação dada a pessoas como “trans” causa a necessidade de reflexão e compreensão da insuficiência do que dizem ser “trans” e, sobretudo, da recusa, por parte das/dos não-trans, de se situarem e entenderem, da mesma forma, sem amarras e pré-conceitos, quem são. De todo modo, a nomeação implica a não negação da existência e isso implica,

consequentemente, um movimento de visibilidade, embora ainda muito aquém do que seria respeito e acolhimento.

Nessa existência, então, como um movimento político, também há a rotulação, porém, em um sentido de resistência, do termo “cis” às pessoas não-trans. Há a atribuição desse termo sob a mesma justificativa, a qual perfaz a melhor compreensão/entendimento de quem, hoje, começa a deixar, bem inicialmente, pessoas trans e travestis existir. Ademais, a rotulação começa a ser ressignificada como ato político de sobrevivência, (re)existência, resistência. Tanto a nomeação trans e cis, quanto as dadas pela sigla LGBTQIA+ (a qual importa nomeações de diferentes grupos), não são identitárias no sentido de marcar irredutivelmente o que a pessoa é. Mas, são marcadores sociais que viabilizam esses grupos e, neles, quem se reconhece como pertencente. Isso, no mínimo, dá a condição de existência que há muito tempo as/ês/os foi negada. Sua invisibilidade, portanto, não mais pode “passar em branco” (Rosa; Giraldo, 2023). Assim,

A autoidentificação segue sendo importante para desdemonizarmos a escolha por cruzar a linha, a escolha por ceder a essa pulsão e nos deixar levar para além do que fomos criadas para ser (se não houvesse um mínimo de escolha, não haveria tampouco armário), mas já há muito mais do que esse testemunho, essa autoidentificação, para pensarmos as existências trans (Rodvalho, 2017, p.368).

Ainda, Rodvalho (2017) debate a linha binária de comportamentos pré-definidos e condicionados às pessoas quando nascem. Ela revela que, na atualidade, a impossibilidade da afirmação de inexistência de pessoas que vão além da norma binária começa, embora tarde, a tomar forma. Homens trans, por exemplo, carregaram seu sofrimento em silêncio por mais tempo, no entanto,

[...] hoje, pessoas criadas para ser mulher começaram a conseguir fazer com que seja razoável, aceitável a sua reivindicação de existir enquanto homem (o fato de só hoje a ideia de homem trans estar se tornando conhecida, inteligível diz muito sobre o que nossa sociedade reserva às pessoas criadas para ser mulher) (Rodvalho, 2017, p.366).

Entendemos que a dominação masculina assujeitou o corpo feminino, chamado de “mulher” por causa da sua genitália, de forma a silenciar homens trans por muito tempo. Esses, para sobreviver, tiveram que se dizer mulher, sob condições e imposições do que isso significava à cis-heteronormatividade, convivendo com corpos que não reconheciam e, publicamente, atuando, isto é, interpretando um papel previamente regulador de ações que eram feitas para “mulheres” e que, sob essa égide perversa, os identificam como mulheres. Suas posições, condições, vestuário, gestos, tons de voz são o que, previamente e supostamente, definiam seu gênero

desde o descobrimento de sua genitália (sexo biológico). Nesse sentido, sob uma perspectiva crítica à binaridade e à heterossexualidade compulsória, Butler (2020a, p. 240, grifos da autora) evidencia “[...] o gênero, por exemplo, como um estilo corporal, um ‘ato’, por assim dizer, que tanto é intencional como performativo, onde “performativo” sugere uma construção dramática e contingente de sentido”. Em outras palavras, a performance se materializa pelo que se diz que é e não pelo que se é. Pessoas cis, na perspectiva binária, performam o gênero assumindo uma feminilidade ou masculinidade pré-estabelecida. Pessoas trans e travestis, ao performarem como a heteronormatividade deseja, tornam-se, de certa forma, seguras frente à brutal violência gerada como consequência de ser o que se é fora dos padrões, ou seja, não estar do lado da linha que sua genitália a/ê/o colocou. Conforme Rodvalho (2017, p.369), “[...] a trans que seja lida como cis estará ao abrigo da transfobia nas situações em que esta leitura não for posta em dúvida, ao passo que a cis lida como trans sofrerá transfobia ainda que não se entenda, não se identifique como trans)”.

Os padrões corpóreos e atitudinais estão presentes em todas as instituições e espaços, de forma que esse conjunto de percepções e atitudes é estrutural. No entanto, as lutas e as resistências são contínuas e, cada vez mais, a nosso ver, precisam fazer parte das vivências geracionais, pois, “As cobranças impostas às crianças transexuais partem de vários segmentos de nossa sociedade – da família, da igreja, dos vizinhos, da escola, etc. – restando pouco ou nenhum espaço para que elas possam se construir como sujeitos” (Oliveira, 2018, p.113) – e isso precisa ser revertido. A própria aula de matemática deve ser um espaço de respeito e acolhimento às pessoas trans e travestis. Essa aula, por sua vez, pode problematizar esses conjuntos pré-definidos, dicotomizantes e denotados como duplo (homens e mulheres). Pode problematizar definições e, também, interseccioná-las, temporalizá-las e espacializá-las criticamente; pode estranhar diferenças e categorias nos/dos próprios conjuntos, e pode, inclusive, indagar a necessidade de constituição plena dos próprios conjuntos. Desse modo,

É possível observar os limites e borrões entre a descrição de histórias de vidas enquanto elaboração de um quadro em movimento que a todo tempo pergunta quem é travesti, quem é trans e o que seria drag? O que as difere? Quem pode dizer: tire a barba para ser mulher? Quem pode determinar a quantidade de maquiagem sobre a pele que um corpo travesti apresenta? Quem pode dizer a alguém que ela não é travesti, senão ela mesma? Quem pode auto identificar alguém? (York; Oliveira; Benevides, 2020, p. 3).

Nesse sentido, nosso movimento é de **queerizar** a própria estrutura. Realmente, para “melhor” se conhecer, é preciso criar nomes, categorizando-os? É

preciso criar rótulos? Não somos inocentes em achar que a estrutura e a própria Matemática (soberana, única, dita universal, dada pela ordem da estrutura) terão outra forma de serem reproduzidas e ensinadas de imediato, que assumirão uma ampla frente de debate e reconhecimento de diferentes saberes que não dão “poder” à classe dominante. No entanto, o movimento de luta e resistência é contínuo. Logo, ao praticarmos a ressignificação de conceitos de forma política, estamos ouvindo quem precisa e pensando matematicamente, ainda que não necessariamente estruturando essa forma de pensar como nos foi transmitido e dito a reproduzir. Estamos, logo, estranhando esses modelos, essas normas e regras, assim como foi feito ao termo *queer* e ao termo travesti, nos impondo e empoderando. Não obstante,

A respeito da palavra travesti, há uma potente significação, por vezes torpe do verbo, travestir. Seja “travestir” na tentativa posta que em dado momento vincula à sujeira, à doença, a marginal, à maleficência disfarçada, falseada, não genuína. Para nós, por sua vez, a palavra se vincula à luta, à resistência, à dignidade e a uma potencialidade política e contestatória. Uma palavra feminina, um substantivo feminino e nunca um verbo que sujeita e infere (York; Oliveira; Benevides, 2020, p. 2)

Assim, sob esse viés político e contestatório, principalmente relativo à binaridade, Butler (2020a, p.236) afirma que o

[...] travestimento revela um dos principais mecanismos de fabricação através dos quais se dá a construção social de gênero. [...] travesti subverte inteiramente a distinção entre os espaços psíquicos [...], e zomba efetivamente do modelo expressivo do gênero e da ideia de uma verdadeira, identidade do gênero.

A travestilidade não assume modos de ser dados e definidos como únicos, como “os” verdadeiros, tratando-se do “ser” homem e “ser” mulher.

Ao contrário do imaginário do senso comum, ser uma travesti é o reconhecimento de um outro corpo possível, legítimo, além daquele normatizado. É a constituição de uma identidade real (quando apresenta materialmente seu corpo), social (quando transita entre os espaços) e política (quando reivindica direitos – de fato e de direito). Essa mesma identidade social, que é produtora de cultura, rompe com os signos binários estáticos e expressa-se como pertencente ao gênero feminino (York; Oliveira; Benevides, 2020, p. 2).

A transgeneridade, a transexualidade e a travestilidade nomeiam modos de “ser”; entretanto, ressignificamos essa nomeação como formas de luta e resistência. Sob uma postura política e não identitária, ou seja, contrária ao sentido estrutural e cartesiano da unicidade da identidade. Não assumimos, por conseguinte, uma ideia de “idem”, de igual, mas de identificação. Nossas identidades são muitas, fluídas e, nessa perspectiva, são como nos mostramos e desejamos nos mostrar (Rosa, 2008),

isto é, não são pré-definidas, nem tampouco podem ser rotuladas no sentido de dizerem o que se “é”.

Essas construções identitárias, a nosso ver, cada vez mais mostram união em prol de resistência e luta política. Além disso, é importante tomarmos atenção para o que dizem York, Oliveira e Benevides (2020, p. 9):

Não hierarquize nossas identidades (todas são formas de acesso às políticas públicas). Travestis, mulheres transgêneras e mulheres transexuais são identidades transvestigeneres que devem ser tratadas com igual respeito (sendo fixas em muitas existências perpetuadas ou devires em tantas outras).

Logo, esse respeito pode e deve se encontrar em todas as instâncias do cotidiano, em todas as instituições, os movimentos e os espaços. Ou seja, em todas as expressões culturais. Diante disso, nosso olhar, então, se lança ao mundo digital do *streaming*, o qual hoje evidencia o Cinema como tecnologia cultural e pedagógica (Henry Giroux, 2011) e, também, como tecnologia política (Rosa, 2023). Embora, no Cinema, personagens LGBTQIA+ por longo tempo não aparecessem como protagonistas das narrativas cinematográficas – somente em raras exceções, as quais traziam suas representações, invariavelmente, sob a ótica da cis-heteronormatividade) –, atualmente, as obras cinematográficas começam a ganhar outros contornos. Assim, como nos revela Louro (2008, p.87):

Recursos fílmicos, usualmente, levavam a platéia a perceber tais personagens [LGBTQIA+] como “o outro” e não como alguém que desejasse ser ou com quem pretendesse parecer. Pouco a pouco, contudo, alguns filmes passam a representar os/as “desviantes” de um modo “positivo”, desejável, e/ou a desenvolver a narrativa a partir da ótica desses sujeitos.

Devido a isso, assumimos o Cinema Queer como possível articulador da transposição de gênero também nas aulas de matemática. Logo, passamos a dialogar sobre esse processo de ir além.

### **Cinema Queer: (re)inventando aulas de matemática**

Conforme Oliveira (2018, p. 115):

O cinema e a televisão são meios midiáticos expressivos, às vezes eficientes para narrar histórias com maior ou menor similaridade à vida [...], reproduzindo modelos de feminilidade e masculinidade e arranjos familiares compatíveis, na maioria das vezes, com os padrões heteronormativos.

Esses padrões, sob uma ordem da estrutura, por décadas (im)puseram a heteronormatividade como condição. Entretanto, as ocupações políticas das artes e, também, do Cinema podem fazer diferença na vida, assim como, fazem no campo

cinematográfico, pois, esse campo é tecido com afetividades, relacionadas ao modo de ser e com artifícios linguísticos e socioculturais.

As narrativas cinematográficas exercem grande poder sobre o público visto que elas veiculam e constroem relações de gênero e sexualidades o que torna de extrema relevância a investigação dos discursos/práticas/efeitos do cinema na constituição de valores e representações sociais que contribuem para delimitar os papéis dicotômicos entre homem/mulher, masculino/feminino, hetero/homo, ativo/passivo, bem como investigar abordagens que problematizem as sexualidades de forma interseccional (Barros, 2016, p. 52).

A interseccionalidade possível no Cinema, a qual também buscamos nas práticas diárias e de sala de aula de matemática, começam a ser manifestadas em produtos cinematográficos que, igualmente em um movimento político, são denominados como partícipes do Cinema Queer. Esse tipo de Cinema, por conseguinte, passou a ser

a janela que dá visibilidade à encruzilhada de múltiplos componentes de subjetividades que são agenciadas tanto pelos modelos fixos de sexualidade, com seus processos de normatização e vigilância, como também pelo desejo do devir, das escolhas pessoais do próprio corpo e da autorreferência de gênero (Margarete Almeida Nepomuceno, 2009, p. 2).

No entanto, nem todo o olhar queer construído na película desconstrói a ideia de binaridade de gênero (im)posta pela heterossexualidade compulsória em consonância com o “[...] modelo heteronormativo regulatório da sexualidade humana ou faça a oposição ao Estado patriarcal ou até mesmo chegaria a uma montagem totalmente isenta de sentidos ‘masculinistas’, sexistas e heteronormativos” (Barros, 2016, p. 52).

Como já debatido, também o Cinema e seus produtores, diretorias, autorias e demais membros da equipe cinematográfica estão imersos de forma estrutural na heteronormatividade tóxica. Isso não significa que estamos amenizando os produtores e suas atitudes (isto é, “passando pano”), mas compreendendo nossas fragilidades e o quanto fomos e somos contaminados por esta estrutura.

Oliveira (2018), por exemplo, analisa um filme chamado “Minha vida em cor-de-rosa” (Bélgica, França, Reino Unido, 1997), o qual, segundo a autora, “[...] conta a história de Ludovic Fabre, uma menina transexual de sete anos de idade. Embora seja uma obra de ficção, apresenta fortes semelhanças com a infância de muitas mulheres transexuais” (Oliveira, 2018, p. 114). Nesse sentido, embora o filme se encontre na perspectiva do Cinema Queer, destacando como protagonista uma menina transexual, ele nos apresenta que

O mundo que circunda Ludovic é o ideal, com famílias heterossexuais brancas tradicionais e felizes, que se comportam como vizinhos educados, que se respeitam e se preocupam com a segurança uns dos outros. Não há pobreza, vícios, criminalidade, doenças, desordem. É um “mundo cor-de-rosa” sem gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais, negros(as), imigrantes, deficientes ou qualquer outra categoria que possa tirar a paz e o sossego (Oliveira, 2018, p.118).

Assim, embora a discussão seja importante, a verossimilhança com a vida passa a destacar a dicotomia entre dois mundos. Essa dicotomia pode ter sido efetivada pela intenção do diretor, ou mesmo estar apresentada no roteiro do autor; independentemente, ela chama a atenção pelo afastamento da realidade mundana que vivemos. No entanto, conforme Louro (2008, p. 82),

Por outro lado, uma das formas mais significativas e persistentes da combinação cinema e sexualidade pode ser examinada nos filmes propriamente ditos, nas idéias que eles nos “convocam a visitar”, como diria Badiou (2004), ou nas pedagogias culturais que eles exercitam. É dessa dimensão que desejo me ocupar. Estou convencida de que os filmes exerceram e exercem (com grande poder de sedução e autoridade) pedagogias da sexualidade sobre suas platéias (Louro, 2000). Parece pertinente assinalar que tomo a sexualidade [também, o gênero] como um “dispositivo histórico”, como dizia Foucault (1988); portanto, antes de vê-la/[lo] como um “dato da natureza”, compreendo-a como um constructo cultural, em que se arranjam linguagens, corpos, gestos, rituais. Assumo que os significados que se atribuem a identidades, jogos e parcerias sexuais são situados e disputados historicamente e, ao longo dos tempos, nos filmes, posições-de-sujeitos e práticas sexuais e de gênero vêm sendo representadas como legítimas, modernas, patológicas, normais, desviantes, sadias, impróprias, perigosas, fatais etc.

Dessa forma, entendemos que, mesmo aqueles filmes que trazem uma perspectiva cis-heteronormativa acentuada, servem ao debate, para transpormos vários problemas destacados em como apresentam a sexualidade e o gênero. No entanto, nesse momento, estamos envoltos a fazer aquilo que nos cabe, ou seja, nos posicionar criticamente contra uma (im)posição cis-heteronormativa de gênero. Lutamos, portanto, contra a heterossexualidade compulsória e suas dinâmicas que envolvem o patriarcado, o machismo, o modelo cis-heteronormativo, a homofobia, a lesbofobia, a transfobia, a bifobia e tantas outras fobias. Trazemos, diante disso, um filme curta-metragem que se encontra disponível no YouTube e que possui um fluxo de grande experiência estética e discursiva, revelando mazelas heteronormativas e exemplificando problemáticas que podem sustentar nosso movimento de luta. Com certeza, é um filme que pode contribuir muito para a educação, pois, ele envolve possibilidades de debate, problematização e argumentação em torno de questões raciais, étnicas, geracionais, familiares, religiosas, de classe social, entre outras,

podendo favorecer, em especial, a compreensão de vivências de pessoas trans e travestis em suas lutas diárias e resistências.

Falamos do filme *Meu Preço* (2018)<sup>6</sup>, o qual conta a história de uma travesti que se prostitui, Morena Magalhães, interpretada pelo ator Fabricio Santiago<sup>7</sup>, que enfrenta uma situação difícil ao reencontrar uma pessoa do seu passado. Ao encarar o novo cliente, sua memória traz à tona dores, violências e angústias. Além disso, o filme permite ouvirmos pessoas trans e travestis e experienciarmos, em certa medida, suas vivências.

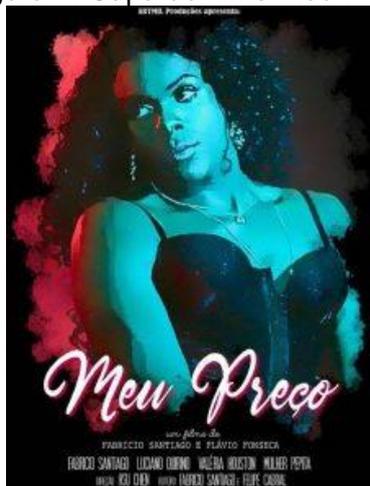
*Meu Preço* (Figura 1) é, também, uma imersão orgânica à moda-homenagem de “*Querelle*”, de Rainer Werner Fassbinder, por transformar o cotidiano em fábula-conto realista. Ou seja, um moderno conto de fadas destinado a adultos, detentores da fantasia, da ilusão, do fetiche, da pluralidade e do prazer corpóreo e sensorial. De início, embarcamos em um momento específico e presente da vida de Morena Magalhães

[...], uma travesti “loira, linda e japonesa” “saída do cu do mundo” que recebe um “presente”: resolver e se libertar das pendências sôfrego-existencialistas do passado com a possibilidade de uma vingança (um programa “inesquecível” com “mestrado”). [...] O curta-metragem é sobre os inferninhos nossos de cada de dia. [...] é acima de tudo sobre o ambiente. Sobre o meio que cuida, salva e oprime. Sobre a hostilidade e defesas do universo Trans, entre poses, confrontos, conflitos, barracos e enfrentamentos-ameaças com navalha, um “presente” do irmão “homofóbico (Fabricio Duque, 2020, s/p, grifos do autor).

---

<sup>6</sup> *Meu Preço* (2018). Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=lix\\_IO6Thx0](https://www.youtube.com/watch?v=lix_IO6Thx0).

<sup>7</sup> Embora não tenhamos ciência da identidade de gênero do ator, registramos as discussões levantadas por grupos de pessoas trans e travestis, que chamam a interpretação de personagens trans por atores ou atrizes cis como *transfake*, em analogia ao *blackface*, reduzindo oportunidades de trabalho para pessoas trans e travestis. Veja mais sobre em: <https://queer.ig.com.br/2021-03-02/transfake-a-exclusao-de-pessoas-trans-da-arte-que-fortalece-os-estereotipos.html>.

Figura 1: Capa do filme *Meu Preço*

Fonte: Duque (2020).

Ao buscarmos transpor o problema de gênero, o qual se apresenta historicamente e culturalmente em torno de uma estrutura dominante e que condiciona gênero a uma suposta binaridade deste, dialogamos com a arte, em específico, com o Cinema, de modo a dar destaque ao que entendemos por Cinema Queer. Assim, este tipo de Cinema (Queer) enlaça uma prática discursiva que “[...] contesta o controle institucional de gênero e das sexualidades” (Barros, 2016, p.54). Do mesmo modo, os enredos e as narrativas apresentadas nesses tipos de filmes e séries (sob uma perspectiva queer) contribuem com a problematização e a consequente crítica aos valores cis-heteronormativos, condicionados a uma lógica machista, patriarcal e sexista. Isso, por sua vez, propicia outros sentidos ao imaginário social, interligados à diversidade de gênero e de sexualidades (Barros, 2016).

O curta-metragem *Meu Preço* (2018), por exemplo, ocupa um território que abre horizontes de compreensão sobre o universo queer e, em específico, o de travestis envolvidas no mundo da prostituição. O cuidado e a verossimilhança com os quais a obra foi produzida – no sentido da filmagem, dos enquadramentos, da música de abertura e final, dos efeitos sonoros, dos diálogos produzidos – permitem a visibilidade das personagens trans enquanto performances de identidades múltiplas, por meio de corpos-devir que podem ser reconhecidos por tantos outros, assim como, podem trazer à tona a reflexão e a possível conscientização social e política diante desses mesmos corpos. Assumir o gueto da prostituição, o qual, pela mesma lógica dominante, traz à baila o juízo dos corpos que se prostituem e não os corpos que utilizam esse serviço, em *Meu Preço*, permite problematizar essas histórias e desvelar a incoerência do discurso dominante apresentado. Esse movimento, então, sai “[...] das sombras e das infiltrações subterrâneas para as telas cinematográficas” (Nepomuceno, 2009, p.1), sob um novo significado.

Assim, o Cinema tem muito a ver com o ato de transposição de problemas de gênero, pois permite vislumbrar cenas pelas quais os produtos cinematográficos apresentam a humanidade das pessoas trans e travestis, indo além de suposta humanidade evidenciada na cultura dominante. Ou seja, mesmo sendo expulsa de casa pelo irmão, Morena continua pagando o aluguel da mãe, enquanto o irmão homofóbico, que acredita poder não aceitar a homossexualidade de Morena, na verdade, tem desejos sexuais por esses mesmos corpos que não aceita. Há, portanto, um retrato fidedigno de uma sociedade que se diz “humana” somente para corpos que ela julga que importam, parafraseando Butler (2020b). Assim, cabe perguntar: que humanidade é essa que limita a sua própria humanidade?

Logo, adentramos à necessidade de transpor o problema. Isto é, ao invés de se coadunar com uma afirmativa que travestis são prostitutas e, conseqüentemente, ladras, imaginário apresentado inclusive no filme *Meu Preço*, com a cena em que o homem do carro avisa que tomará banho e pagará antecipado, com medo de que Morena leve sua carteira:

**Pagarei Antecipado! (12:23 – 12: 26)<sup>8</sup>**

Homem do carro: Eu vou tomar uma ducha. Quer receber sua grana agora?

Morena: Pode ficar tranquilo, não vou roubar a sua carteira não. Vai tomar a ducha e depois a gente se acerta (ela deixa o canivete que ganhou do irmão em cima da cama).

Diante disso, precisamos ir além, a fim de problematizar o próprio problema. Em outras palavras, o problema está nas travestis, na maioria das vezes, serem prostitutas? Ou o problema está na falta de condições e possibilidades que a sociedade dá a elas como seres humanos? O problema está em se prostituírem ou no fingimento que isso é pecado e que não existem homens que se interessam sexualmente por elas?

Há questões de fundo que precisam ser problematizadas, para que a sociedade mude o foco e transponha aquilo que chama de problema. Em verdade, isto deve ser feito para que se transponha os problemas *a priori*, os quais precisam mobilizar nossos espaços de debate, principalmente, os que são oficialmente educacionais. Nesse sentido, podemos nos apropriar do Cinema em nossas salas de aula, sendo que,

[...] ensinar usando o cinema queer pode ser intrinsecamente subversivo, porque ele questiona noções de identidade, subjetividade e desejo e, por meio de suas características intertextuais, incorpora

---

<sup>8</sup> Intitulamos a cena com o foco de nossa atenção. Faremos isso em todas as demais, sendo indicados, em seguida, o tempo inicial e o final do diálogo apresentado.

investigações mais amplas da esfera pública sobre cidadania, raça, classe, entre outras (Belidson Dias, 2007, p. 718).

A sala de aula de matemática, por sua vez, também tem muito a ver com a necessidade de transpor o problema de gênero. Como debatido em Rosa (2021) e em Esquinhalha (2022), a Matemática não é neutra. A(s) matemática(s) produzida(s) por diferentes pessoas não pode(m) ser representada(s) sob a ótica estrutural colonial, na qual só há uma “Matemática”, entendida como soberana, única, definitiva e universal. Nossa compreensão de matemática(s), em contrapartida, se alicerça em um movimento decolonial (Rosa; Giraldo, 2023), o qual busca a problematização como ação principal para as (des)ordens da (re)invenção.

Meu Preço (2018), diante disso, pode ser gerador de discussões nas aulas de matemática. Em um primeiro momento, pela própria compreensão do que se entende por classificação indicativa de um filme e pela classificação indicativa do filme *Meu Preço* em si. Isto é, conforme Grupo Cine (2023, s.p.):

A classificação indicativa dos filmes é realizada de acordo com as disposições da Constituição Federal, do Estatuto da Criança e do Adolescente. De acordo com a legislação atual da Portaria 1.189/3 de agosto 2018, do Ministério Justiça e do Manual da Nova Classificação Indicativa. “A autorização de acesso a obras classificadas como ‘não recomendado para menores de 18 (dezoito) anos’ poderá ser feita apenas para adolescentes com idade igual ou superior a 16 (dezesesseis) anos. § 1º A autorização de acesso a obras classificadas como ‘não recomendado para menores de 16 (dezesesseis) anos’ [...] poderá ser feita para crianças e adolescentes com idade igual ou superior a 10 (dez) anos.”.

Em outras palavras, o filme *Meu Preço* (2018) recebeu classificação indicativa de 14 anos, podendo gerar o debate sobre o que seria classificação indicativa na aula de matemática. Também, sobre: o que é faixa etária? O que é intervalo de tempo? Todas as culturas pensam o tempo da mesma forma? O que é sistema internacional de medida? Mas, além disso, pode ser fonte da discussão principal em questão: o filme, na opinião dos estudantes, está de acordo com a classificação indicativa? Por quê? O fato do filme contar a história de uma travesti deveria elevar a classificação indicativa? Por quê? És responsáveis des estudantes diriam que esse filme está na classificação indicativa que o regimenta? O que es estudantes acham? Por que es responsáveis estariam de acordo ou contra? Se estiverem contra o que está por trás de não considerar adequado, mesmo sendo? O que podemos fazer para mudar concepções que não são oficiais e somente “achismos”, frente a questões históricas e culturais?

Entendemos, diante disso, que transpor o problema da classificação indicativa com o filme *Meu Preço* (2018) é o início para o debate de narrativas pontuais do

próprio filme. Iniciar elencando e debatendo aspectos que podem vir à tona, como os palavrões frequentemente utilizados no filme, a cena de sexo de Morena e o homem do seu passado, a ideia do uso de drogas, a violência gerada em pontos de prostituição, entre outros exemplos, fazendo referência à classificação indicativa e, principalmente, questionando os porquês, é uma ação matemática. Nela, tanto o conceito temporal, como o de ordenação e argumentação, estão presentes e precisam ser desenvolvidos.

Dando continuidade ao que o filme *Meu Preço* pode trazer à sala de aula de matemática, indicamos sua processualidade e destacamos cenas que nos atravessaram como importantes. O filme começa com uma cena em que as personagens estão em uma casa noturna, a música “Memórias” (Juliano Barreto, 2018) é interpretada por Puppy Fechativa (Valéria Barcellos) e Morena dança, sensualiza, beija uma colega e interage com um cliente. Na cena seguinte, Morena e Puppy Fechativa já estão na rua e dialogam:

**E a família? (1:23 – 1:46)**

Puppy Fechativa: Tá rica, hein, mulher?

Morena: Dez reais, veado!

Puppy Fechativa: Aí, vamo embora que a gente tem que trabalhar, ganhar muito dinheiro hoje.

Morena: Vamos. Aí, acho que só vou fazer três clientes e vou me embora para casa, sabia?

Puppy Fechativa: Ela tá fazendo a rica?

Morena: Não, fazendo a morta de cansada, né?

Puppy Fechativa: Ah, não posso fazer isso gata, não posso. Minha mãe está morando comigo e não paga 50 centavos do aluguel, é tudo com a mamãe aqui, nega, né, gata?

Morena: Faz parte né? Se família fosse bom a gente escolhia, não é?

Para nós, visibilizar corpos travestis e sua vivência é de extrema importância. Assim, trazer à tona o próprio estranhamento da concepção de família que esses corpos vivenciam pode contribuir para que diferentes constituições familiares sejam reconhecidas. Quando Morena diz “**Se família fosse bom a gente escolhia, não é?**”, ela revela que a ideia de família como o conjunto de parentes, no caso, pessoas ligadas por relações consanguíneas, não é uma coisa boa. O que é bom, a gente escolhe, inclusive a família. Morena traz implícito, em sua fala, o afastamento de sua família consanguínea, o qual ela explicará em outro momento do filme. Entretanto, liga-se à ideia de que a noção de diáspora queer emerge como lócus crítico que propõe maneiras de contestar estruturas familiares e de parentesco ditas tradicionais, além de reorganizar comunidades nacionais ou transnacionais não por origem e genética, antes por destino, afiliação e rede de práticas e interesses sociais comuns (David L. Eng, 2003).

A própria afinidade entre Morena e Puppy pode estabelecer uma reorganização do conjunto família. Nesse sentido, trazer à tona, na aula de matemática, a noção de conjunto e o que o define é de extrema importância para que se possa transpor o problema de gênero, inclusive. Por vezes, pessoas que se reconhecem como outros gêneros não vivenciam o que são por causa da família. Mas, de fato, o que é isso, família? Quem define esse conjunto? O problema é a família que não aceita? Ou o Cistema (Erika Hilton, 2020), fazendo uma analogia ao sistema, na perspectiva “cis”?

Sabemos que o grupo familiar tem muita influência sobre aquilo que pessoas trans e travestis vivem, principalmente na infância e na adolescência. Conforme Rodvalho (2017, p.371) afirma,

A menininha trans, ao confrontar a criação que recebe, não diz “eu me sinto mulher”, mas sim “eu sou mulher”, e será violentada por isso. Ela aprenderá, no decurso da vida, que dizer “ME SINTO mulher” pode ser muito mais eficaz para tocar, comover o outro, do que simplesmente um “EU SOU mulher”. Jogamos com as armas que temos, as armas que nos deram, que nos ensinaram.

Em outras palavras, as feridas apresentadas em determinado intervalo temporal não desaparecem, mas tornam-se cicatrizes visíveis por toda a vida, como memórias e ações de luta e resistência. Trabalhar na aula de matemática, para além dos conceitos oficiais de tempo, temporalidade, período temporal, reta numérica, linha de tempo, medidas de tempo e suas transformações, nos permite dar sentido a todos esses conceitos, quando, por exemplo, o período a ser discutido retrata uma memória de esperança e valorização humana, ou de dificuldade e preconceito, por exemplo. Debater politicamente questões como essa, portanto, transpõe o problema de “como ensinar matemática?”, ou “como é difícil ensinar matemática!”, pois, qual o problema a se enfrentar? Começando por: qual matemática você deseja ensinar? Aquela dita soberana? Ou as matemáticas da vida? Ou ambas interrelacionadas de fato? Aquelas que vão além de fórmulas, mecânicas e resoluções? Isto é, que estão situadas em vivências?

Do mesmo modo, precisamos chamar a atenção para uma fala de Puppy no filme. Ela revela: **“Ah, não posso fazer isso gata, não posso [ficar cansada]. Minha mãe está morando comigo e não paga 50 centavos do aluguel, é tudo com a mamãe aqui nega, né gata?”**, pois,

Os processos de violência e vulnerabilização experienciados pela população travesti são tão apavorantes, que apenas os dados gerais como mortes e torturas ganham um pouco de atenção por parte da mídia e do grande público – em um grande circo de horrores que denuncia a estrutura sistêmica de exclusão e exotificação de seus corpos mutilados, muitas vezes desnudos para lembrar que aquele

corpo não deveria existir ou ser aceito como humano (York; Oliveira; Benevides, 2020, p. 3).

A lembrança de que determinados corpos não deveriam existir evidencia o esquecimento de que travestis são humanas e batalham tanto quanto muitas outras pessoas, inclusive, sustentado suas mães. Seria importante, com o filme, ressignificar o quanto vale R\$ 0,50 para Puppy, caso sua mãe contribuísse com esse valor no aluguel. Cabe ressignificar, igualmente, qual é o capital das travestis, tanto financeiro quanto simbólico. O que significa capital? O que está por trás do capital? Qual o valor desses R\$ 0,50 para cada estudante em sala de aula (sem necessariamente expor as subjetividades presentes em classe)?

Tanto a questão de tempo quanto a de educação financeira podem ser exploradas com *Meu Preço* (2018), exaltando o que está por trás da vida travesti e do problema que se apresenta *a priori*. Outros trechos são propícios nesse filme de 15 minutos. No excerto a seguir, por exemplo, Puppy e Morena começam a andar pela rua e encontram Stephanie.

**Faturar para a família e para a colocação (2:41 – 3:10)**

Stephanie: Oi, meu amor.

Puppy Fechativa: Oi Stephanie...

Morena: Oi, tudo bom?

Puppy Fechativa: Como é que está a rua hoje, mulher?

Stephanie: Está ótima.

Puppy Fechativa: Hoje é dia de faturar (risos), mas me conta, e a tua mãe?

Morena: Ah, coitada, faz quase um ano que a gente não se fala, a última vez foi quando ela me ligou para pedir para eu pagar o aluguel da casa dela...

Puppy Fechativa: Hummm (passando batom).

Morena: ... Tô pagando até agora, né? É única mãe que eu tenho, fazer o quê?

Puppy Fechativa: Ih, pesou o clima, Morena, ó, vamos trabalhar, porque a gente tem que faturar, tem que pagar o aluguel da mamãezinha, eu tenho boy para pagar, tem a minha colocação.

A questão de tempo reaparece quando Morena, ao falar da mãe, revela “faz quase um ano que a gente não se fala, a última vez foi quando ela me ligou para pedir para eu pagar o aluguel da casa dela...”. Em aula, a problemática do que significa “quase um ano” para cada estudante pode ser debatida. O “quase” engloba, inclusive, estimativa. No entanto, não basta discutir esses conceitos. Transpor o problema do porquê Morena precisa ficar quase um ano sem falar com a mãe, e o motivo que a fez falar nesse momento, precisam ser problematizados. Todo mundo fica tanto tempo sem falar com a mãe? Qual o sentido dado a “quase um ano” por pessoas que foram obrigadas a se afastar de seus entes queridos? Outras questões precisam ser debatidas nesse caso e no de Puppy, pois, na condição de prostituir-se para também

pagar as contas de casa, com a mãe presente, faz com que ela sinta a necessidade de ter que trabalhar, quando afirma “vamos trabalhar, porque a gente tem que faturar”.

No entanto, outras importâncias são adicionadas ao fato de Morena ter “que pagar o aluguel da mamãezinha”, uma vez que Puppy anuncia: “eu tenho boy para pagar, tem a minha colocação”. Ou seja, as necessidades emocionais de Puppy são apresentadas, assim como, as bengalas que utiliza para sua existência. Ter um “boy” para pagar, assim como sua “colocação”, são questões que precisam ser problematizadas para que o juízo não recaia sobre essas profissionais e sobre a sua condição de existência. O ato de pagar a um homem, por estar em uma relação ou por ser o “cafetão”, não é uma escolha. Também, a consequência de estar nas drogas, não o é. Debater essas questões em aula abrem espaço para a compreensão da responsabilidade social (Rosa, 2022b) e, na mesma medida, para a héxis política (Rosa, 2022a). Abre, portanto, possibilidades de compreensão de que “Os próprios oprimidos, invariavelmente, são responsabilizados pela situação de desvantagem em que se encontram, pois seus agressores alegam que as chances de ajustamento social foram oferecidas e desperdiçadas por eles” (Oliveira, 2018, p.122). Quais chances? Quais possibilidades de respeito e acolhimento de pessoas trans e travestis no âmbito do trabalho hoje? Poderíamos graficar isso? Podemos comparar com aquelas/aqueles que se enquadram na heteronormatividade? Podemos analisar os gráficos temporalmente em diferentes instituições, por exemplo, o emprego em hospitais, escolas, polícia, setor logístico etc.?

Cabe a nós nos movimentarmos nesse debate, discutindo o valor de um programa, o que isso significa e, principalmente, quem tem somente essa alternativa de vida.

**O valor do programa é quando você reconhece alguém (4:50 – 5:24)**

Homem: E aí, mulher?

Morena: Oi.

Homem: Quanto é que tá o boquete?

Morena: Eu fazendo ou você?

Puppy Fechativa: Vou trabalhar, amor.

Morena: Beijo.

Homem: Eu tô querendo saber o preço dos dois.

Morena: Olha, gatinho, R\$80, 30 minutos.

Homem: O que? R\$ 80,00, essa hora?

Puppy Fechativa: (Sobe a escada e encontra um carro que acaba de chegar) Boa noite, amor! E aí? Qual é que é? Quer fazer um programinha bem gostoso?

Homem do carro: Quanto você cobra?

Morena: (Enquadramento volta para ela).

Homem: Está muito caro aí. Vamos fazer um negócio. Já está aí no salto, já está encalhada também aqui a noite toda.

Morena: (Para o Homem) Calma aí. Rapidinho, rapidinho, só um segundo (com intenção de pedir licença).

Puppy Fechativa: Hoje é tu que manda, meu gostoso.

Morena: Paixão (encosta no carro e se dirige ao Homem do interior desse), só um segundinho, tá? Vem cá (se dirige para Puppy).

No filme, o valor do sexo oral é questionado e a tabela de valores depende de quem irá praticar. Talvez, outras demandas também possam entrar em uma tabela de Excel de Morena, Puppy, Stephanie e tantas outras travestis que estão na prostituição. Mas, será que é esse o problema? Saber fazer ou não uma tabela de preços de diferentes tipos de programas? Será que somente esse tipo de “conteúdo”, próprio do capital, é que deve importar em nossas aulas de matemática? Oitenta reais: quanto vale, hoje, diante da inflação que temos? Quanto vale para uma pessoa como Morena? Seria o mesmo que para pessoas milionárias? A hora que está sendo contratado o *programa*, interfere por quê? O fato de Morena largar de mão seu programa que renderia, no adiantado da hora, para pagar um valor alto à Puppy e assumir o programa do carro, valeu o que para ela? Valeu o que, após o reconhecimento do homem que dirigia o carro? Se travestis não devem existir, uma vez que há discursos de ódio afirmando isso, por elas não se enquadrarem nas normas, o que fez Morena assumir o programa da colega? Humanidade?

Nosso movimento de possibilidades diante do filme *Meu Preço* (2018) e outros do Cinema Queer é extenso. Coube, aqui, levantarmos alguns *insights* de transposição de problemas de gênero, principalmente os que se referem às vivências trans que esse filme apresenta. Logo, manifestamos nossas confluências com que o foi debatido até aqui, assim como, transpormos os problemas apresentados em outros contextos de igual importância e dignos de reflexões e debates.

### **Transpondo o problema de gênero nas aulas de matemática: nossas confluências**

Apresentamos as confluências que por nós são mobilizadas, segundo o que nos apresenta Antônio Bispo dos Santos (Nego Bispo), pois,

Confluência é a lei que rege a relação de convivência entres os elementos da natureza e nos ensina que nem tudo que se ajunta se mistura, ou seja, nada é igual. Por assim ser, a confluência rege também os processos de mobilização provenientes do pensamento plurista dos povos politeístas (Dos Santos, 2015, p. 89).

Na perspectiva de convivência, os gêneros não são iguais, as pessoas e suas formas de se reconhecer, de se mostrar, de pensar etc., não são iguais, e tudo bem. Somos diferentes, mas não podemos ser tratadas/tratades/tratados de forma não equânime em “função” disso. Nesse sentido, nós, vocês, Morena, Puppy e tantas

peças não somos iguais. No entanto, não podemos esquecer e inviabilizar as situações vividas por cada uma/ume/um. Nesse sentido, nossas diferenças, mesmo sendo qualitativamente proporcionais ao que cada uma/ume/um vive e assim deve ser, se quantitativamente mensuradas, suporiam a atribuição de valores, tentando fazer possíveis comparações, não? Comparações que, por sua vez, fariam com que pessoas se entendam superiores a outras, não? Uma ação, portanto, diretamente ligada à opressão e à dominação. A(s) matemática(s), nesse estudo discutidas, não servem para isso. Não servem para criar normas, regras, valores, padrões de normalidade, os quais são somente para gerar violências, medo e morte. Assim, educar para discutir essas questões, transpor problemas que se apresentam como aquilo que importa, aquilo que é norma, se apresentam como “isso é assim, e pronto”, é o que precisamos fazer. Estranhar a origem e o próprio “sistema”, de forma a educarmos matematicamente, e, principalmente, pela(s) matemática(s) (Rosa; Giraldo, 2023) em relação a problemas de gênero é o que precisamos fazer e o que nos importou no presente estudo.

Logo, precisamos ir além do que se mostra como um a priori, como bem-visto em nossa análise. Transpor os problemas que se apresentam no filme *Meu Preço* (2018) foi exemplo do que precisamos compreender. As pessoas se dizerem vítimas de prostitutas travestis, por exemplo, é um problema de gênero que precisa ser transposto, pois, “Estas noções difusas de vitimismo, coitadismo e denunciismo que surgem diante de qualquer storytelling desconhecem a própria vivência travesti em sua radicalidade” (York; Oliveira; Benevides, 2020, p. 3). Nesse sentido, precisamos transpor propostas que se revelam como “diverCISdade”, as quais, por meio de uma conotação positiva, reforçam padrões, estereótipos e normas que mais do que nunca devem ser questionadas. Por exemplo, o dito “aceitar” a menina trans, como se alguém tivesse o direito de aceitar ou não outra pessoa, desde que ela não diga que é trans, pois sua passibilidade garante sua “inclusão”, é algo a ser questionado, estranhado e combatido. Assim, transpor o problema é um ato que, acreditamos, pode gerar conscientização, no momento que se vai além, que se busca os sentidos, que se busca o que está por trás daquilo que se apresenta, comparando, relacionando, espacializando, temporalizando... Educando(-se) pela(s) matemática(s).

Não podemos, também, esquecer das/des/dos estudantes trans que se encontram em nossas salas de aula, de forma aberta ou comedida. Precisamos acolher e respeitar, sem que mais problemas não transpostos sejam criados, provocados, destinados e atribuídos a elas/elus/eles. Conforme Marina Reidel (2014) afirma, temos que aprender com professoras trans a pedagogia do salto alto.

Precisamos aprender a equilibrar na ponta do salto questões tão delicadas que envolvem vidas, pessoas, seus sentimentos, histórias, memórias, medos, inseguranças. Ou seja, não podemos nos livrar do que é chamado de problema, inviabilizando questões de gênero que se apresentam em sala de aula, “dando de ombros” a eles, fazendo de conta que não existem. Essa postura, ao contrário, é o que carrega os verdadeiros problemas, sob a alegação de que ser diferente de uma suposta maioria é o problema. Precisamos compreender, diante disso, que, enquanto humanidade, não podemos nos dizer neutros, como se neutralidade existisse, ou mesmo nos dizer sem formação ou sem qualquer condição de lidar com questões de gênero, encaminhando a questão a outra pessoa e deixando de pensar nela. Mandar ao psicólogo, por exemplo, só confirma a visão que traduz uma tentativa chamada de “resolver o problema” (Oliveira, 2018, p. 123), o qual não existe.

Nossas aulas de matemática, então, podem transpor os problemas, indo além, interrogando o que está por trás, trazendo a(s) forma(s) de pensar e fazer matemática(s) para sustentar o dito, o debatido, o dialogado em prol de vidas, também trans e travestis. No caso, essas aulas de matemática(s), na mesma medida, podem buscar compreender os porquês de não aceitação de pessoas trans e travestis em banheiros públicos. Seria uma questão de espacialização? De forma de cabines? Ou de preconceito e supostos medos sem qualquer legitimidade? O problema seria ignorar quem são essas pessoas? O problema estaria em acreditar que uma pessoa tem o direito de aceitar ou não a outra, ao invés de respeitar e acolher? A própria aceitação em diferentes espaços pode ser o tema de debate gerador dessa questão específica do banheiro, do nome social, assim como a violência contra essas pessoas, que pode também estar atrelada ao direito enquanto cidadã/cidadãe/cidadão. Temos direito de aceitar ou não? Temos direito de usar violência contra qualquer pessoa? O que está por trás desses supostos direitos? O que faz com que as pessoas que cometem essas atrocidades se sintam com esse direito? O que fazer para educá-las e contê-las? Quais dados estatísticos podem ajudar nessa educação? Quais meios e quais comparações podem ser feitas para se ensinar a ser humana/humane/humano?

Outras questões, outros problemas podem ser transpostos nas aulas de matemática: o impedimento ao direito à educação e à saúde enfrentado pelas pessoas trans e travestis, a exclusão dessas pessoas de espaços acadêmicos, as restritas possibilidades de emprego em diferentes áreas, a recusa da possibilidade dessas pessoas constituir família etc. O que importa, aqui, é resgatarmos, enquanto professorias de matemática(s), o sentido que essa(s) precisa(m) fazer na educação para a humanidade. Assim, problematizar os “problemas” que se apresentam de

antemão é fazer matemática(s), pois é ensinar a pensar pela(s) matemática(s), provando que se pode ser humane.

## Agradecimentos

Agradecemos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq pelo apoio financeiro (Processo: 311858/2021-0)

## Referências

BARRETO, Juliano. **Memórias**. In.: BARCELLOS, Valéria. Memórias – Valéria Barcellos. Estúdio Porta da Toca. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tpPoHss4x1U>. Acesso em: 03 fev. 2023.

BARROS, Sullivan Charles. O cinema queer brasileiro: o pensamento queer no Brasil a partir dos filmes Madame Satã e Elvis & Madona. **Textos e Debates**, v. 1, n. 29, p.51-68, 2016.

BENTO, Berenice. **A Reinvenção do Corpo**: sexualidade e gênero da experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020a.

BUTLER, Judith. **Corpos que Importam**: os limites discursivos do “sexo”. Tradução de Verônica Daminelli e Daniel Yago Françoli. São Paulo: n-1 edições; Crocodilo Edições, 2020b.

DIAS, Belidson. **O Mundo da Educação em Cultura Visual**. Brasília, Editora da Pós-Graduação em Artes da Universidade de Brasília, 2011.

DICIO. **Dicionário Online de Português**. 7Graus. 2009. Disponível em: <https://www.dicio.com.br>. Acesso em: 02 fev. 2023.

DOS SANTOS, Antônio Bispo. **Colonização, quilombos: modos e significados**. Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa–INCTI. Universidade de Brasília–UnB. Brasília, 2015.

DUQUE, Fabrício. Meu Preço: um programa inesquecível. **Vertentes do Cinema**: uma nova opinião sobre a 7ª arte. 2020. Disponível em: <https://vertentesdocinema.com/meu-preco/> Acesso em: 09 fev. 2023.

ENG, David L. Transnational Adoption and Queer Diasporas. **Social Text 76**. Durham: Duke University Press, v. 21, n. 3, p.1-37, 2003.

ESQUINCALHA, Agnaldo da Conceição (Org.). **Estudos de Gênero e Sexualidades em Educação Matemática**: tensionamentos e possibilidades. Brasília: SBEM, 2022. Disponível em: <https://www.sbemrasil.org.br/ebook/ebook28.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2023.

GIRALDO, Victor; ROQUE, Tatiana. Por uma Matemática Problematizada: as Ordens de (Re)Invenção. **Perspectivas da Educação Matemática**, v. 14, n. 35, p. 1-21, 4 ago. 2021.

GIROUX, Henry. A. Breaking into the Movies: public pedagogy and the politics of film. **Policy Futures in Education**, v. 9, n. 6, p. 686-695, 2011.

GRUPO CINE Cinemas. **Classificação Indicativa**. Disponível em: <https://www.grupocine.com.br/class-indicativa.html>. Acesso em: 12 fev. 2023.

HILTON, Erika. A revolução é transvestigênera. In: IGNACIO, Taynah; DUARTE, Andressa Mourão; FERREIRA, Guilherme Gomes; BURIGO, Joanna; GARCIA, Tamires de Oliveira.; BUENO, Winnie. **Tem Saída?** Perspectivas LGBTI+ sobre o Brasil. Porto Alegre: Zouk, 2020, p.11-14.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

LOURO, Guacira Lopes. Cinema e sexualidade. **Educação e realidade**, v. 33, n. 01, p. 81-97, 2008.

MEU PREÇO. Direção: Hsu Chien. Produção: Ágatha Pacheco, Flávio Fonseca, Fabricio Santiago, Eder Ferreira e Jussan Silva e Silva. Brasil: Youtube, 2018. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=lix\\_IO6Thx0](https://www.youtube.com/watch?v=lix_IO6Thx0) Acesso em: 03 fev. 2023.

NEPOMUCENO, Margarete Almeida. O colorido cinema queer: onde o desejo subverte imagens In.: SEMINÁRIO NACIONAL GÊNERO E PRÁTICAS CULTURAIS – CULTURAS, LEITURAS E REPRESENTAÇÕES, 2., 2009, João Pessoa. **Anais...** Recife: UFPB, 2009. p. 1-12.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. Minha vida em cor-de-rosa: cenas e encenações da transexualidade feminina na infância. **Revista Aspás**, v. 8, n. 1, p. 108-129, 2018.

REIDEL, Marina. **A pedagogia do salto alto**: histórias de professoras transexuais e travestis na educação brasileira. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

RODOVALHO, Amara Moira. O Cis pelo trans. **Revista Estudos Feministas**, v. 25, n. 1, p. 365-373, 2017. DOI: 10.1590/1806-9584.2017v25n1p365

ROSA, M. Aventuras, Dramas e Terror: os desafios compartilhados por gêneros cinematográficos na Cyberformação com professorias que ensinam matemática. In. BARROS, Ana Paula Rodrigues Magalhães; FIORENTINI, DARIO; HONORATO, Alex. (Org.). **Aventuras e desafios em tempos de pandemia**: (re)inventar a prática docente. Porto Alegre: Editora Fi, 2023.

ROSA, Maurício. Cyberformação com professorias de matemática: a compreensão da *hélix* política à pedagogia queer. ESQUINCALHA, Agnaldo da Conceição (Org.) **Estudos de Gênero e Sexualidades em Educação Matemática**: tensionamentos e possibilidades. Brasília: SBEM, 2022a. p. 206-246.

ROSA, Maurício. Cyberformação com Professorias de Matemática: discutindo a responsabilidade social sobre o racismo com o Cinema. **Boletim GEPEN**, v. 80, p. 25–60, 2022b.

ROSA, Maurício. **A Construção de Identidades Online por meio do Role Playing Game**: relações com o ensino e aprendizagem de matemática em um curso à distância. Tese (Doutorado em Educação Matemática) – UNESP, Rio Claro-SP, 2008.

ROSA, Maurício; GIRALDO, Victor. Transpondo Problemas para que uma educação matemática decolonial e de (re)invenção “não passe em branco”. **Revista Internacional de Pesquisa em Educação Matemática**, v. 13, n. 2, p. 1-25, 2023.

YORK, Sara Wagner; OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de; BENEVIDES, Bruna. Manifestações textuais (insubmissas) travesti. **Revista Estudos Feministas**, v. 28, n.3, p. 1-12, 2020.

Submetido em maio de 2024

Aceito em junho de 2024

